



DOSSIER

Recibido: 25 de agosto, 2025

Aceptado: 04 de setiembre, 2025

Publicado: 15 de diciembre, 2025

Domínio e insanidade: notas básicas sobre o conceito de barbárie na contemporaneidade

Dominance and insanity: basic notes on the concept of barbarism in contemporary times

Dominación y locura: notas básicas sobre el concepto de barbarie en la época contemporânea

Anita Helena Schlesener

E-mail: Anitahelena1917@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5185-2604>

Institución: Universidade Tuiuti do Paraná-Brasil

Este trabajo está depositado en Zenodo:

DOI: [10.5281/zenodo.17964526](https://doi.org/10.5281/zenodo.17964526).

Cita sugerida (APA, séptima edición)

Helena Schlesener, A. (2025). Domínio e insanidade: notas básicas sobre o conceito de barbárie na contemporaneidade. *Disenso. Crítica y Reflexión Latinoamericana*. 8(II), pp. 5-16

Resumo

A temática “Crises humanitárias no século XXI” nos motiva a fazer algumas reflexões filosóficas e políticas sobre os acontecimentos mais recentes e presenciados pelo mundo por meio dos aparatos de comunicação na forma do genocídio dos palestinos em Gaza. Inicia-se esclarecendo o que se entende por barbárie a partir do aporte teórico metodológico do materialismo histórico retomando alguns autores que refletem sobre o significado do conceito. Na sequência, aborda-se o tema do genocídio, sempre da perspectiva metodológica crítica, para refletir sobre o contexto que se desenvolve na Palestina. Levantam-se alguns pontos que constituem o quadro conjuntural do qual se parte, a fim de destacar as contradições que se apresentam no cenário político que se constrói a partir dos elos entre



neoliberalismo e neofascismo no âmbito da crise de hegemonia vigente. Na conclusão tenta-se vislumbrar formas nascentes de resistência na mobilização da sociedade civil e de instituições mundiais.

Palavras-chave: Neoliberalismo, crise, domínio, corporações, barbárie, genocídio

Abstract

The topic "Humanitarian Crises in the 21st Century" encourages us to engage in philosophical and political reflections on the most recent events witnessed worldwide through the media, in the form of the genocide of Palestinians in Gaza. It begins by clarifying what is understood as barbarity, drawing on the theoretical and methodological framework of historical materialism, and revisiting some authors who reflect on the meaning of the concept. Next, the topic of genocide is addressed, always from a critical methodological perspective, to reflect on the context unfolding in Palestine. Several points are raised that constitute the conjunctural framework from which this begins, highlighting the contradictions emerging in the political landscape constructed by the links between neoliberalism and neofascism within the current crisis of hegemony. The conclusion attempts to glimpse emerging forms of resistance in the mobilization of civil society and global institutions.

Keywords: Neoliberalism, crisis, dominance, corporations, barbarism, genocide

Resumen

El tema "Crisis humanitarias en el siglo XXI" nos invita a reflexionar filosófica y políticamente sobre los acontecimientos más recientes, presenciados a nivel mundial a través de los medios de comunicación, como el genocidio de los palestinos en Gaza. Comienza aclarando qué se entiende por barbarie, basándose en el marco teórico y metodológico del materialismo histórico, y revisando algunos autores que reflexionan sobre el significado de este concepto. A continuación, se aborda el tema del genocidio, siempre desde una perspectiva metodológica crítica, para reflexionar sobre el contexto que se desarrolla en Palestina. Se plantean varios puntos que constituyen el marco coyuntural del que parte este trabajo, destacando las contradicciones que emergen en el panorama político construido por los vínculos entre el neoliberalismo y el neofascismo en el contexto de la actual crisis de hegemonía. La conclusión intenta vislumbrar formas emergentes de resistencia en la movilización de la sociedad civil y las instituciones globales.

Palabras clave: Neoliberalismo, crisis, dominación, corporaciones, barbarie, genocidio

I. Introdução

Precisamos conhecer o mar em que navegamos e a margem da qual nos afastamos. E aqui precisa começar a “crítica” ao século XIX. [...] a crítica ao seu historicismo narcótico e à sua mania de se mascarar (Benjamin, 2009, K, 1a, 6, p. 436).

A temática “Crises humanitárias no séc. XXI” nos motiva a fazer algumas reflexões filosóficas e políticas sobre os acontecimentos mais recentes e presenciados pelo mundo por meio dos aparatos de

comunicação na forma do genocídio dos palestinos em Gaza. Inicia-se esclarecendo o que se entende por barbárie e genocídio a partir do aporte teórico metodológico do materialismo histórico, seguindo as observações de Marx e Engels (1976, p. 18), que acentuam que as premissas do materialismo histórico, das quais se parte, “não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação”.

Desta perspectiva, precisamos levantar alguns pontos que constituem o quadro conjuntural do qual se parte, a fim de destacar as contradições que se apresentam no cenário político que se constrói neste início de século XXI. Estamos vivendo um tempo de grandes tensões e questionamentos, de crises estruturais e de extrema desigualdade social com uma reconfiguração do capitalismo, corroborada por tecnologias que permitem a ampliação da concentração de capital por meio do sistema financeiro, voltado à especulação generalizada e gerido por grandes corporações internacionais. Estas novas formas de exploração e de concentração da mais valia atuam no fortalecimento de novos agentes hegemônicos, que operam junto ao Estado em defesa de seus interesses, debilitando as instituições democráticas.

Arrighi (1996), do ponto de vista sistêmico, argumenta que se consolida uma crise hegemônica terminal do poder estadunidense, com uma ascensão sistematizada do conservadorismo neoliberal: por um lado, uma democracia frágil que dá lugar à ascensão de grandes corporações econômicas ao poder de um país que se atribui a função de determinar e impor regras à política de outros países, questionando acordos e mecanismos jurídicos de equilíbrio internacional; por outro lado, a contradição evidente de sua política, que consiste em proclamar a defesa da democracia, enquanto apoia e financia guerras destruindo países, numa ingerência arrogante e despropositada.

Refletir sobre a democracia num momento em que prevalecem os mercados e se amplia a desigualdade econômica, social e política gerada pela implementação do ideário neoliberal é uma tarefa difícil ante as grandes contradições que se efetivaram. Conforme as colocações de Boron (2001, p. 175, o crescimento desgovernado do mercado produziu mudanças no Estado e na sociedade, com a “ostensiva diminuição dos espaços públicos nas sociedades” em geral.

O neoliberalismo tem sido um mestre na arte de desacreditar a política e o espaço público: a política é o reino dos faladores, vagabundos, irresponsáveis, mentirosos e corruptos; o público é uma esfera dominada pela ineficiência, pela irracionalidade, pela corrupção e por

um ingênuo romantismo que se choca com o egoísmo que modela a vida dos homens e mulheres de carne e osso (Boron, 2001, p.179-180).

Neste cenário construído por uma narrativa destruidora da política, proliferam os “novos Leviatãs”, na forma de “grandes oligopólios, assumem a tarefa de ‘vender’ os velhos direitos que a alquimia neoliberal transformou em mercadorias”, atividade que garante altos lucros sem a contrapartida dos impostos (Boron, 2001, p. 175).

As duas primeiras décadas do novo século descortinaram novos conflitos que evidenciam as intenções e controle soberano sobre as relações internacionais e, ao mesmo tempo, a erosão dos pilares de sustentação da hegemonia imperialista estadunidense, na medida em que ascende o redesenho do cenário econômico e político mundial com o surgimento de novas formações econômicas independentes.

Torna-se cada vez mais evidente que o projeto político das corporações internacionais para a concentração do capital não contempla o humano e se traduz em ações cada vez mais agressivas com as populações mundiais, com a extensão e a imposição do poder pela ingerência nas instituições que compõe o Estado e pela manipulação econômica.

Este breve apanhado das relações de forças na conjuntura internacional nos leva a ressignificar o conceito de barbárie, a partir de algumas definições apresentadas por teóricos da filosofia. Adorno e Horkheimer (1985, p. 121), denominam barbárie tanto a indústria cultural que reduz todos os indivíduos a consumidores, quanto a miséria que atinge grandes parcelas da população mundial, acentuando que “à medida que cresce a capacidade de eliminar duradouramente toda miséria, cresce também desmesuradamente a miséria enquanto antítese da potência e da impotência” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 49).

O processo civilizatório ocidental é rico em situações de barbárie, desde a colonização dos povos das Américas e da África, até as formas mais cotidianas e comezinhas de violência, que degradam o ser humano e retiram a sua força e a sua autonomia. Sem esquecer a expansão e o domínio exercidos nas políticas imperialistas ao longo dos séculos no colonialismo, nos fenômenos totalitários que marcaram este curso e ameaçaram instituições republicanas, como o nazifascismo. Conforme Benjamin (1986), a violência está na origem dos processos de instauração e manutenção do poder, tanto que o “sistema

democrático parlamentar é incapaz de garantir a manifestação dos impulsos inovadores gerados pelas contradições sociais que permeiam e sustentam as formas políticas” (Schlesener, 2009, p. 60)

A barbárie se manifesta na violência cotidiana, ante a qual somos tomados por um sentimento de impotência: não apenas os conflitos internacionais que se agravam, mas convive-se com a violência diária exercida pela polícia, principalmente contra populações mais vulneráveis; os altos índices de feminicídio e todo tipo de violência contra crianças, entre outros fatos que ocorrem no cotidiano e que a sociedade parece normalizar. Da perspectiva da crítica, a filosofia, aliada à política e à história, tenta explicitar os significados da violência e suas consequências no convívio social e histórico. Entre eles, Hanna Arendt (1994), que reflete sobre a banalidade do mal; Adorno e Horkheimer (1985) se debruçam sobre o uso instrumental da razão e as formas de irracionalidade implícitas no modo de viver moderno; Sorel (1992) procura esclarecer as formas de resistência ante a violência institucionalizada. Podemos acrescentar que a barbárie se estende a todas as situações de irracionalidade que comporta a vida social e o mundo controlado pelo capital, onde os indivíduos tornam-se descartáveis quando deixam de ser força de trabalho ou meros consumidores de mercadorias, relações que se consolidam em alienação como expressão do aprofundamento da oposição entre racional e irracional; a barbárie chega ao limite da contradição como negação da humanidade. Marcuse (1999) se expressa da seguinte forma sobre a violência institucionalizada:

A partir do conceito de violência desenvolve-se uma ideologia semântica. Não se chama violência o que ocorre no Vietnã, não se chama violência o que é feito pela polícia, não se chamam violência as devastações, torturas, degradações que ocorrem no capitalismo – a expressão “violência” encontra-se restrita à oposição. Considero hipócrita chamar de violência tanto a violência da defesa quanto a da agressão. Ambas são totalmente diferentes (Marcuse, 1999, p. 79).

Esta dupla natureza da violência também é acentuada por Benjamin (1986, p. 160) no texto *Crítica da Violência – Crítica do Poder*, escrito no qual ressalta a ambiguidade do termo alemão *Gewalt*, para refletir sobre a distinção entre legítimo e ilegítimo na Teoria do Direito e sua origem histórica: a “tarefa de uma crítica da violência pode ser definida como a apresentação de suas relações com o direito e a justiça”. O direito garante a ordem e o domínio e, na medida em se sedimenta em uma igualdade social e individual inexistente na realidade, define o significado da violência como salvaguarda do instituído ante os que não concordam e não se submetem.

A violência como expressão do irracional institucionalizado e que se naturaliza como prática de poder nas estruturas estatais é a exteriorização mais comum da barbárie que, no senso comum, gera e reproduz a violência como ódio racial, preconceitos (religiosos, identitários, etc.) ampliando a vivência do irracional desumano. Retomando o curso da história ocidental, tem-se a impressão acentuada de que caminhamos para uma situação de potencial exacerbação das manifestações violentas na fragilização das democracias e aumento de poderes totalitários. Nestas circunstâncias, as formas de resistência, a violência que se contrapõem à brutalidade exercida pelo poder instituído apresenta-se como o único modo de resistência e de preservação da vida para fortalecer os laços que nos definem como humanos. É o caso do genocídio perpetrado e executado por Israel contra o povo palestino, sustentando a violência racial e étnica, evidenciando a mais brutal e extrema situação de barbárie, assistida há mais de um ano por um mundo paralisado e sem ação.

II. Notas sobre o conceito de genocídio

Enquanto a vida em Gaza está sendo destruída e a Cisjordânia sofre um ataque crescente, este relatório mostra por que o genocídio israelense continua: porque é lucrativo para muitos (Albanese, 2025).

Iniciamos com observações a propósito de um artigo de Rosa Luxemburgo publicado em 1899 em *Leipziger Volkszeitung* com o título: *Apenas uma vida humana!* no qual reflete sobre uma carta deixada por um homem de 38 anos, que matou suas duas filhas de 6 e 8 anos e depois suicidou-se. “Um estilhaço separado de toda a humanidade, ele lutava na solidão, na escuridão espiritual e corporal, e morria desamparado em sua ilimitada ‘liberdade individual’...” E somente depois do sinistro ocorrido, a sociedade se manifesta na figura do policial, do direito, da burocracia (Luxemburgo, 2011, p. 114).

A sociedade burguesa “implodiu todos os laços entre os seres humanos e deixou cada um ao seu destino, à sua miséria e à sua ruína, para somente depois de tê-lo desumanizado – espiritual ou corporalmente, pelo assassinato ou pelo suicídio – lembrar-se dele” (Luxemburgo, 2011, p. 114). Assim, também, a propósito do genocídio, do qual o desvario do indivíduo desesperado é um dos desdobramentos, seguidos pela fome, pelo abandono dos miseráveis nas ruas, pelo assassinato a sangue frio:

Apenas a sociedade burguesa é que retirou o horror do genocídio por tê-lo tornado cotidiano, embrutecendo os sentidos, tanto das vítimas quanto dos verdugos, cobrindo o drama da existência humana com a trivialidade, o grito de um naufrago com a ária do

realejo, o corpo de um morto em combate com o pó da cidade grande (Luxemburgo, 2011, p. 115).

E quantos se deleitam com a leitura dos jornais, deste “grande depósito de lixo, no qual os dejetos da sociedade burguesa – roubo, assassinato, suicídio, acidente – são diariamente descarregados?” (Luxemburgo, 2011, p. 116). A normalização, o cinismo mais macabro e apavorante, fazem parte do dia a dia desta sociedade genocida, na qual violar os direitos humanos tornou-se comum.

A partir das reflexões de Albanese (2025, p. 24), a “história nos ensina que o genocídio nunca é um ato, mas sim um processo”: inicia-se com a desumanização de um grupo e a negação de sua humanidade e “termina com sua destruição parcial ou total”. Na situação da Palestina, “quando a intenção genocida é tão evidente como neste caso, tão ostentosa quanto o é em Gaza, não podemos desviar o olhar: devemos enfrentar o genocídio, preveni-lo e castigá-lo”.

Entende-se por genocídio o crime contra a humanidade, caracterizado pela dizimação de populações indefesas, destruídas pela violência armada ou pela fome, ações de repressão ou tortura. O genocídio é o extremo da barbárie, ao lado de outras violações dos direitos humanos, afrontas que se instalam permanentemente no cotidiano, a ponto de se tornarem quase imperceptíveis. Uma destas violências ocorre com a escandalosa concentração de riqueza nas mãos de poucos, quando a maioria da população mundial constituída de mulheres, crianças, idosos e mendigos morrem de fome todos os dias, enquanto estatísticas mostram que há comida para todos. O futuro? O mais provável é a acentuação desse quadro de horror com a implementação de novas tecnologias que acentuarão a exploração do trabalho e da natureza, com o aumento das desigualdades sociais, seguido do enfraquecimento das instituições que governam este mundo. O século XXI parece abrir-se a um campo sinistro, se não ocorrerem mudanças radicais urgentes.

Gramsci, em artigo publicado em 1916 no jornal *Il Grido del Popolo* refere-se ao genocídio impetrado contra o povo armênio pela Turquia, salientando que o desconhecimento mundial dos massacres deixou os armênios “fechados na própria dor”; para “um povo, uma raça, significa a lenta dissolução”, o “abandono a si mesmos, inermes e miseráveis diante de quem não tem outra razão que a espada”. A Armênia “nunca teve mais que alguma afirmação platônica de piedade por si ou de desdenho pelos seus

carnílices”. [...] “Os armênios deveriam fazer conhecer a Armênia, torná-la viva na consciência de quem ignora, não sabe, não sente” (Gramsci, 2022, p. 25-26).

Os conflitos mais recentes mostram que não basta saber, a inércia e a passividade precisam ser superadas, a indiferença é o peso morto da história, que parece ser dominada pela fatalidade: os “destinos de uma época são manipulados conforme visões restritas e objetivos imediatos de pequenos grupos ativos enquanto a massa dos cidadãos ignora” (Gramsci, 2022, p. 131). No caso de Gaza, depois de um ano a sociedade civil e públicos mobilizados somente em meados de 2025 começam a se manifestar e a cobrar dos políticos mundiais alguma medida.

Pasolini (2022, p. 706), em discurso sobre o tema proferido na festa do Jornal *L'Unità* em 1974, salienta que a noção de genocídio “já a encontramos no *Manifesto* de Marx, numa passagem que descreve com clareza e precisão extremas o genocídio cometido pela burguesia em relação a determinadas camadas das classes dominadas, sobretudo as não operárias, mas o subproletariado ou certas populações coloniais”.

As observações de Pasolini em sua definição de genocídio vão mais longe: salienta que, além da “carnificina e fuzilamentos em massa” de seres humanos encurralados e da destruição material de grandes setores da sociedade que se torna terra arrasada, um genocídio deixa feridas incuráveis, físicas, psicológicas e culturais que podem ser irreversíveis. Um genocídio tem dimensões culturais, dizimando a história de um povo e produzindo a sua afasia e paralisção. Desta perspectiva, sofrem genocídio por aculturação imposta, isto é, as camadas das classes populares têm sua cultura transformada na medida em que assimilam o modo de pensar e de viver burguês, de modo que, além de produtores de mais-valia, tornam-se consumidores da cultura burguesa (Pasolini, 2022, p. 706).

O mais recente genocídio é o do povo palestino, televisionado e assistido em tempo real há mais de um ano por populações do mundo inteiro; um genocídio que pretende uma limpeza étnica e que não foi motivado por ataque do Hamas em 07/10.2023, mas tem raízes históricas: as regiões de Gaza e da Cisjordânia pertenciam a palestinos desde longa data e se tornaram objeto da ocupação colonialista a partir das decisões internacionais de 1948 que introduziram no seu espaço geográfico, uma estrutura física e política estranha, o Estado de Israel, de raízes fundamentalistas sionistas, que se constituíram em

verdadeiro colonialismo de ocupação, um regime de apartheid em pleno século XX estendendo-se ao século XXI.

A ocupação da Palestina por Israel desvela-se como um plano construído e alimentado por muitos anos, que hoje se manifesta na vontade de expulsar completamente os palestinos de seu território e ocupar os territórios vizinhos a fim de formar um grande Estado sionista, apoiado pelo imperialismo estadunidense, com objetivos claros de desenvolvimento econômico.

A violência do exército israelense é indescritível na experiência de novas tecnologias de destruição em massa contra um povo desarmado. Um genocídio apoiado e alimentado pelo imperialismo estadunidense e por países europeus por meio de uma estrutura econômica e militar que, conforme o Relatório: *Da Economia de Ocupação à Economia do Genocídio*, apresentado por Francesca Albanese (2025), Relatora Especial do Conselho para os Direitos Humanos das Nações Unidas, o genocídio contra os palestinos tem mobilizado setores econômicos das áreas militares, tecnológicas e financeiras (empresas multinacionais, mais de 1000 entidades corporativas levantadas pela Relatora). Tais entidades obtêm lucros fenomenais com a ocupação ilegal, o apartheid e o genocídio na medida em que fornecem armas, tecnologias de ponta como sistemas de vigilância biométrica e de identificação de alvos, ou seja, apoio logístico para a mega destruição em andamento contra a população civil palestina. A relatora solicita explicitamente a responsabilidade penal internacional não apenas ao Estado de Israel, mas também às empresas envolvidas, por ela discriminadas e a seus dirigentes. O item 82 do relatório salienta a participação em Israel das Universidades na manutenção da estrutura ideológica do apartheid e do ideário colonialista:

Em Israel, as universidades — especialmente faculdades de direito, departamentos de arqueologia e departamentos de estudos do Oriente Médio — contribuem para a estrutura ideológica do apartheid, cultivando narrativas alinhadas ao Estado, apagando a história palestina e justificando práticas de ocupação. Ao mesmo tempo, os departamentos de ciência e tecnologia servem como centros de pesquisa e desenvolvimento para colaborações entre as forças armadas israelenses e empresas de defesa, incluindo Elbit Systems, Israel Aerospace Industries (IAI), IBM e Lockheed Martin, contribuindo assim para a produção de ferramentas para vigilância, controle de multidões, guerra urbana, reconhecimento facial e assassinatos seletivos — ferramentas que são testadas em palestinos (Albanese, 2025).

Esta posição das universidades israelenses corrobora um sistema educativo que prepara as crianças na ideologia do fundamentalismo sionista desde a primeira infância. Gutierrez (2025, p. 74-75) retoma pesquisa de Nurit Peled e acentua que o racismo e a propaganda sionista fazem parte dos textos didáticos e a “educação em Israel é muito traumatizante e agressiva desde os três anos para que a população infantil” interiorize o nacionalismo e o racismo. Trata-se de uma sociedade “doente pelo fanatismo religioso e o neofascismo sionista”.

Neste início de século, esta não é uma característica apenas do regime genocida, mas o conservadorismo mais perverso torna-se o instrumento político e ideológico de reação do capitalismo nos momentos de crise hegemônica. A crise desencadeada a partir de 2008 tem mostrado às classes dominantes que precisam de uma intervenção violenta e direta para a sua superação. O conservadorismo e a exacerbação da violência tornam-se um fenômeno internacional com o objetivo de reconfigurar o capitalismo e o poder imperialista. A extensão da crise hegemônica fez emergir grupos de extrema-direita no cenário político internacional acentuando o elo entre neoliberalismo e neofascismo com o objetivo claro de controlar a economia e recuperar a hegemonia imperialista.

III. Conclusão

O ocaso de um modo de viver e de pensar não pode se verificar sem crise (Gramsci, Q. 7, § 12, p. 863).

As breves notas sobre a barbárie contemporânea em suas mais variadas nuances e a tentativa de definir o seu extremo na noção de genocídio nos levam a questionar o sentido do “humano” no contraponto com a barbárie enquanto insanidade normalizada. É desumano dizimar populações civis desarmadas, com qualquer objetivo que se apresente. É brutal deixar populações inteiras morrer de inanição sem qualquer constrangimento em desperdiçar a riqueza acumulada no que existe de mais supérfluo. Matar um gari e seguir para malhar na academia. É inominável e estarrecedor o bombardeamento de hospitais e escolas, a manutenção de cidades sitiadas deixando populações civis sem água ou comida, como acontece há mais de um ano em Gaza e como aconteceu em Aleppo, na Armênia, na Síria, na Sérvia, em países da África e outros tantos. A lista é extensa.

As práticas neoliberais propiciam a aplicação de novas formas de exploração e expropriação do trabalho, nos recursos trabalhistas de precarização, no desemprego, na flexibilização legislativa, que recaem sobre

a população trabalhadora, que sofre cotidianamente o aumento das desigualdades sociais. Tem-se o surgimento de novas formas de colonialismo. Intensifica-se o enfrentamento entre as duas forças que disputam a hegemonia mundial: o sistema dominado pelos EUA vem sendo confrontado pelo desenho de uma nova ordem social liderada pela China no movimento denominado Sul Global.

A dizimação do povo palestino com o apoio dos EUA tem como pano de fundo as riquezas naturais daquela região e a disputa do controle do Mediterrâneo. Neste percurso, os interesses econômicos se sobrepõem ao respeito à vida e à existência de determinados grupos étnicos, como o caso dos palestinos hoje e como foi com os curdos e com populações africanas em ocasiões passadas. A resistência de povos oprimidos não aparece como tal no discurso dominante. A crise orgânica compromete a hegemonia norte-americana e o uso da força parece ser o caminho para o controle geopolítico mundial. O aparato bélico é usado como ameaça, enquanto se disputa o controle do sistema financeiro e do senso comum com a implementação das novas tecnologias de comunicação.

Neste quadro, a ascensão de propostas neofascistas e o colonialismo digital são os desafios mais urgentes a enfrentar tanto na política quanto na educação. As novas formas de dependência política de nosso país se revelam na constituição do congresso nacional, sujeito às influências econômicas internacionais, como as grandes corporações tecnológicas, que representam grupos de interesses privados internacionais que dominam as grandes tecnologias, tem repercussões em nosso sistema educativo num processo acelerado de empresariamento da educação, são alguns dos problemas a enfrentar para entender as contradições que vivemos e para tentar superá-las.

Aos poucos a sociedade civil se mobiliza contra o genocídio e formas de resistência fazem surgir uma centelha de esperança. Ao tempo de barbárie se contrapõe um tempo de resistência e de movimentos insurgentes que tentam criar formas de sobrevivência a partir de suas lutas para superar tudo que há de mórbido e desumano nesta sociedade. Como acentuou Gramsci (1977, Q. 7, § 12, p. 863), “o ocaso de um modo de viver e de pensar não pode se verificar sem crise”. Assim como em outros momentos históricos o horror, o medo, a paralisia gerada pelo medo e pela indiferença foram superados com muita luta, há de florescer um novo tempo.

Referências

Adorno, T. e Horkheimer, M. (1985) *Dialética do Esclarecimento*. Zahar Ed.

- Albanese, F. (2025) *From economy of occupation to economy of genocide*. <https://www.un.org/unispal/document/a-hrc-59-23-from-economy-of-occupation-to-economy-of-genocide-report-special-rapporteur-francesca-albanese-palestine-2025/>
- Albanese, F. (2025) Anatomia de um genocídio: o papel da Universidade. Pastor, M. I. A. et al. *La Universidad ante el genocidio. Reflexiones desde la Red Universitaria por Palestina*. Universidad de Barcelona.
- Arendt, H. (1994) *Sobre a violência*. Relume-Dumará.
- Arrighi, G. (1996) *O longo século XX*. Contraponto/UNESP.
- Benjamin, W. (1986) Crítica da Violência, Crítica do Poder. In: Benjamin, W. *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*. Cultrix.
- Benjamin, W. (2009) *Passagens*. Ed. UFMG.
- Boron, A. (2001) *A coruja de Minerva*. Vozes.
- Gramsci, A. (2022) *Escritos Escolhidos (1915-1920)* - (trad. Ana Paula Schlesener e Anita Helena Schlesener). Lutas Anticapital.
- Gramsci, A. (1977) *Quaderni del Carcere*. Einaudi.
- Gutiérrez, E. J. D. (2025) Uma sociedade genocida... educada pelo fanatismo religioso e o sionismo neonazista. Pastor, M. I. A. et al. *La Universidad ante el genocidio. Reflexiones desde la Red Universitaria por Palestina*. Universidad de Barcelona.
- Luxemburgo, R. (2011) *Textos Escolhidos (1899-1914)*, V. I, Ed. INESP.
- Luxemburgo, R. (2015) *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade* / Jörn Schütrumpf (Org); tradução: Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann : 2ª edição ampliada - Fundação Rosa Luxemburgo.
- Marcuse, H. (1999) *A grande recusa hoje*. Vozes.
- Marx, K. (2009) *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Boitempo.
- Marx, K. e Engels, F. (1976) *A ideologia Alemã*. Presença/ Martins Fontes.
- Pasolini, P. P. (2022) *O genocídio* (trad. Anita Helena Schlesener). Revista Germinal: marxismo e educação em debate. V. 14, n. 2, p. 706-710.
- Schlesener, A. H. (2009) Poder no limite entre a ordem e a desmedida: a propósito de alguns escritos de Walter Benjamin. Santos, A. C. dos, Pires, C., Helfer, I. (Orgs.). *História e Barbárie*. UFS.
- Sorel, G. (1992) *Reflexões sobre a Violência*. Martins Fontes.